



2º Simulado

SEFAZ SE

Pós-Edital

Simulado Especial

2º Simulado SEFAZ SE – Pós-Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da SEFAZ SE;
- 2 – A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com 05 alternativas.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-SE-13-03-2022>

01 – A B C D E	31 – A B C D E	61 – A B C D E	091 – A B C D E
02 – A B C D E	32 – A B C D E	62 – A B C D E	092 – A B C D E
03 – A B C D E	33 – A B C D E	63 – A B C D E	093 – A B C D E
04 – A B C D E	34 – A B C D E	64 – A B C D E	094 – A B C D E
05 – A B C D E	35 – A B C D E	65 – A B C D E	095 – A B C D E
06 – A B C D E	36 – A B C D E	66 – A B C D E	096 – A B C D E
07 – A B C D E	37 – A B C D E	67 – A B C D E	097 – A B C D E
08 – A B C D E	38 – A B C D E	68 – A B C D E	098 – A B C D E
09 – A B C D E	39 – A B C D E	69 – A B C D E	099 – A B C D E
10 – A B C D E	40 – A B C D E	70 – A B C D E	100 – A B C D E
11 – A B C D E	41 – A B C D E	71 – A B C D E	101 – A B C D E
12 – A B C D E	42 – A B C D E	72 – A B C D E	102 – A B C D E
13 – A B C D E	43 – A B C D E	73 – A B C D E	103 – A B C D E
14 – A B C D E	44 – A B C D E	74 – A B C D E	104 – A B C D E
15 – A B C D E	45 – A B C D E	75 – A B C D E	105 – A B C D E
16 – A B C D E	46 – A B C D E	76 – A B C D E	106 – A B C D E
17 – A B C D E	47 – A B C D E	77 – A B C D E	107 – A B C D E
18 – A B C D E	48 – A B C D E	78 – A B C D E	108 – A B C D E
19 – A B C D E	49 – A B C D E	79 – A B C D E	109 – A B C D E
20 – A B C D E	50 – A B C D E	80 – A B C D E	110 – A B C D E
21 – A B C D E	51 – A B C D E	081 – A B C D E	111 – A B C D E
22 – A B C D E	52 – A B C D E	082 – A B C D E	112 – A B C D E
23 – A B C D E	53 – A B C D E	083 – A B C D E	113 – A B C D E
24 – A B C D E	54 – A B C D E	084 – A B C D E	114 – A B C D E
25 – A B C D E	55 – A B C D E	085 – A B C D E	115 – A B C D E
26 – A B C D E	56 – A B C D E	086 – A B C D E	116 – A B C D E
27 – A B C D E	57 – A B C D E	087 – A B C D E	117 – A B C D E
28 – A B C D E	58 – A B C D E	088 – A B C D E	118 – A B C D E
29 – A B C D E	59 – A B C D E	089 – A B C D E	119 – A B C D E
30 – A B C D E	60 – A B C D E	090 – A B C D E	120 – A B C D E

PORTUGUÊS

Luiz Felipe Durval

O que vamos deixar para nossos filhos

F. tem vinte anos. Na sexta-feira, saiu às nove horas da noite para encontrar alguns amigos em um barzinho. Após acomodarem-se em torno de uma mesa, iniciaram aquelas conversas animadas e exaltadas que mantemos quando guardamos ainda ilusões e sonhos e a vida nos parece o oceano visto da praia, que, embora nos cause temor, ansiamos por desbravá-lo. Em um determinado momento, F. deu falta de sua bolsa e seu universo desequilibrou-se. Roubaram o telefone celular, documentos, cartões de crédito e de débito – mas principalmente turvaram-lhe a vívida confiança em seus semelhantes. Quando chegou em casa, os familiares respiraram aliviados, constatando que F. tinha tido “sorte”, porque fora “apenas” roubada... já que ela poderia ter sido agredida, violentada, morta...

O Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Penal, uma organização não-governamental mexicana, divulgou no final de janeiro uma lista que demonstra a areia movediça em que estamos afundando: o Brasil possui 21 das 50 cidades mais violentas do mundo. São dados estatísticos, portanto indiscutíveis, que aferem o número de homicídios por 100 mil habitantes em municípios com população acima de 300 mil habitantes. Em termos absolutos, o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS): de cada 100 assassinatos ocorridos no mundo, 13 acontecem no Brasil. Em 2014, 56 mil pessoas perderam a vida – 29 casos por 100 mil habitantes, mais de quatro vezes a média mundial, de 6,9 mortes.

Infelizmente, a violência não se limita às grandes cidades. A selvageria se espalha como uma metástase cancerígena, atingindo até os mais distantes rincões do país. Em 2014, o município de Caracaraí (RR), de 19 mil habitantes, teve o triste privilégio de ser eleito o mais violento do Brasil – lá foram constatados 40 homicídios naquele ano, o que equivale a um índice de 210 assassinatos por 100 mil habitantes, sete vezes mais alto que a já altíssima média brasileira. Antes de Fortaleza, primeira no mapa da violência das cidades

com mais de 300 mil habitantes, aparecem pelo menos 150 municípios pequenos e médios espalhados por todas as regiões do país.

Nós, brasileiros, temos cada vez mais mostrado nosso descompromisso com a coletividade. Ao invés de tentar solucionar conjuntamente os graves problemas que vão surgindo – e que já são inúmeros – preferimos tomar atitudes individualistas que salvem o pequeno núcleo a que pertencemos. Se a violência nos ameaça, construímos prédios. Se os prédios não são seguros, colocamos seguranças. Se eles não dão conta, estendemos cercas elétricas. Se nem isso resolve, mudamo-nos para condomínios fechados, isolamo-nos do mundo, e fingimos que estamos protegidos.

O *Institut of Economics and Peace* avalia que a violência no Brasil custa por ano cerca de 765 bilhões de reais em despesas com o sistema de saúde, aparato de segurança pública e a máquina do Judiciário, o que equivale a 8% do PIB nacional. Mas, para além de razões econômicas, o maior custo da violência é sem dúvida, por um lado, a perda de qualidade de vida, e por outro a amargura que nos intoxica. Eu sinto vergonha e frustração por legar a meus filhos um país deteriorado socialmente – um lugar onde o maior objetivo é tentar chegar vivo em casa ao fim de um dia de trabalho.

(Luiz Ruffato. Opinião - El país. ADAPTADO)

01. Os dados apresentados pelo autor do texto

- a) opõem-se à situação apresentada no primeiro parágrafo.
- b) corroboram a opinião internacional a respeito da violência no Brasil.
- c) são apresentados de maneira objetiva e impessoal.
- d) refletem o cenário apresentado no trecho narrativo do texto.
- e) vão de encontro à percepção do autor no que tange à realidade brasileira.

02. No segundo parágrafo do texto, os dois-pontos foram utilizados

- a) para inserir um discurso direto não pertencente ao autor.
- b) para iniciar uma enumeração relacionada à lista divulgada.
- c) para introduzir um exemplo que esclarece a informação dada.
- d) para sinalizar a elipse de um conectivo explicativo.
- e) para introduzir um trecho que explicita a informação dada anteriormente.

03. O vocábulo destacado em "até os mais distantes rincões do país" (3º parágrafo) poderia ser corretamente substituído por

- a) recantos
- b) esconderijos
- c) cidades
- d) desertos
- e) quarteirões

04. Sabendo que o texto poderia ser classificado como predominantemente argumentativo, assinale o trecho que melhor exemplifica essa classificação:

- a) "Após acomodarem-se em torno de uma mesa, iniciaram aquelas conversas animadas e exaltadas que mantemos quando guardamos ainda ilusões e sonhos e a vida nos parece o oceano visto da praia..." (1º parágrafo)
- b) "Infelizmente, a violência não se limita às grandes cidades. A selvageria se espalha como uma metástase cancerígena, atingindo até os mais distantes rincões do país. Em 2014, o município de Caracaraí (RR), de 19 mil habitantes, teve o triste privilégio de ser eleito o mais violento do Brasil". (3º parágrafo)

c) "O *Institut of Economics and Peace* avalia que a violência no Brasil custa por ano cerca de 765 bilhões de reais em despesas com o sistema de saúde, aparato de segurança pública e a máquina do Judiciário, o que equivale a 8% do PIB nacional". (5º parágrafo)

d) "Quando chegou em casa, os familiares respiraram aliviados, constatando que F. tivera "sorte", porque fora "apenas" roubada... já que ela poderia ter sido agredida, violentada, morta..." (1º parágrafo)

e) "Antes de Fortaleza, primeira no mapa da violência das cidades com mais de 300 mil habitantes, aparecem pelo menos 150 municípios pequenos e médios espalhados por todas as regiões do país." (3º parágrafo)

05. Mantendo-se o sentido original do texto, a locução verbal "tinha tido" (final do primeiro parágrafo) poderia ser corretamente substituída pela forma verbal

- a) tivera
- b) teve
- c) tem
- d) tenha
- e) teria

06. A relação existente entre os períodos "Infelizmente, a violência não se limita às grandes cidades" e "A selvageria se espalha como uma metástase cancerígena, atingindo até os mais distantes rincões do país." (3º parágrafo) poderia ser explicitada por um conectivo

- a) conclusivo
- b) adversativo
- c) condicional
- d) explicativo
- e) causal

**CONHECIMENTOS SOBRE O ESTADO DE
SERGIPE**

Sérgio Henrique

07. Assinale a alternativa correta:

- a) Em relação ao Produto Interno Bruto do estado de Sergipe, destaca-se o setor terciário da economia, principalmente o setor de serviços.
- b) O maior valor adicionado ao PIB é do setor secundário, principalmente devido à produção de petróleo, fertilizantes, cimento e energia elétrica.
- c) O maior valor da produção agropecuária é a laranja e a cana de açúcar.
- d) Os maiores populações de SE coincidem com os maiores PIBs.
- e) A Região Metropolitana de Aracaju, apesar de concentrar a riqueza de SE, também concentra os bolsões de pobreza, que faz com que o IDH de Aracaju seja menor que estadual.

08. Assinale a alternativa errada:

- a) Sergipe é o único estado produtor de potássio do país. O mineral é usado na indústria química na produção de fertilizantes, no município de Rosário do Catete.
- b) O Brasil é um dos maiores consumidores de fertilizantes do mundo, mas importamos a maior parte.
- c) A guerra entre Rússia e Ucrânia afeta diretamente o preço e as importações dos produtos e impactam diretamente o agronegócio.
- d) A produção de energia é essencial para o crescimento industrial. Canindé do São Francisco aumentou a participação do PIB estadual devido o aumento de preço da eletricidade.
- e) Em Barra dos Coqueiros há uma zona especial de exportação, ZPEX o primeiro parque eólico de Sergipe e uma usina termelétrica. A extração

de petróleo gás feita principalmente em alto mar.

09. Assinale a alternativa errada:

- a) Em Sergipe, como resultado das atividades pecuárias, surgiram diversas povoações no século XVIII, das quais originaram cidades de hoje, como Tobias Barreto, antiga Campos do Rio Real, Simão Dias, Riachão do Dantas, Malhador, Campo do Brito, Carira e tantas outras.
- b) Os rebanhos bovinos de Sergipe abasteciam os engenhos baianos e pernambucanos. O fumo a partir do século XVII. O cultivo de fumo deu-se, sobretudo em Lagarto, que se tornou o maior produtor da capitania.
- c) O fumo foi produzido através dos plantations e eram transportados em balaios de couro, negociados nas feiras nordestinas e exportado para a Europa, além de ser usado como moeda de troca no escambo realizado nos portos africanos, em troca de escravizados.
- d) As capitanias subalternas eram vedadas de comercio com o exterior e o produto sergipano tinha que ser levado para o porto de Salvador ou Recife, isso explica a cana ter despontado somente no século XVIII e foi o maior produto de exportação.
- e) A monocultura de cana em Sergipe desenvolveu-se nos vales do Rio Real, Piauí, Vaza-Barris, Poxim, Cotinguiba, Sergipe, Siriri e Japarutuba, e foi o principal produto sergipano, junto do gado, no século XVII, XVIII e XIX.

10. Assinale a alternativa errada:

- a) A exploração do pau Brasil foi realizada sobretudo pelos franceses, famosos traficantes de pau-Brasil, os primeiros homens brancos que entraram em contato com os silvícolas de Sergipe.
- b) Os franceses além iniciarem a exploração do pau-brasil também se miscigenaram-se com os índios, como estão nos relatos do cronista Gabriel Soares de Souza.
- c) O tráfico francês de pau-brasil realizou-se principalmente nos estuários dos rios Real, Sergipe e Vaza-Barris.
- d) Com o domínio lusitano, a criação de gado bovino passou a ser a atividade econômica mais importante da capitania até meados do século XVIII.
- e) A colonização de Sergipe partiu do Norte para o Sul, como os primeiros povoamentos feitos às margens do São Francisco.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

11. Tibério, Presidente da República foi acusado da prática de crime de responsabilidade perante a Câmara dos Deputados. Em resposta, afirmou que a acusação não poderia ser endereçada à referida Casa Legislativa.

À luz da sistemática constitucional, a defesa apresentada pelo Presidente da República deve ser:

- a) rejeitada, pois a acusação deveria ter sido endereçada ao Supremo Tribunal Federal;
- b) rejeitada, pois o Senado Federal deve receber a acusação para que o processo se inicie no Supremo Tribunal Federal;
- c) rejeitada, pois o Senado Federal deve receber a acusação para que o processo se inicie no próprio Senado;

- d) rejeitada, pois o Senado Federal deve receber a acusação para que o processo se inicie na Câmara dos Deputados;
- e) acolhida, pois a acusação deveria ter sido endereçada à Câmara dos Deputados.

12. No que se refere ao habeas corpus, julgue os itens seguintes.

- I Cabe habeas corpus em caso de imposição exclusivamente de punição disciplinar militar.
- II O habeas corpus pode ser interposto por qualquer pessoa, independentemente de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.
- III **Não cabe habeas corpus contra** decisão condenatória a **pena de multa**, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a **pena** pecuniária seja a única cominada..
- IV Recente construção jurisprudencial do STF passou a admitir, por analogia, a figura do habeas corpus coletivo.

Estão certos apenas os itens

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

13. A iniciativa para deflagrar o processo legislativo de criação de cargos públicos no âmbito dos tribunais superiores é competência do

- a) presidente da República.
- b) presidente do STF.
- c) presidente do STJ.
- d) presidente do respectivo tribunal de justiça.
- e) os presidentes dos tribunais superiores.

14. A respeito do controle de constitucionalidade no sistema constitucional brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) há normas constitucionais não expressamente incluídas no texto da CF que podem servir como paradigma para o exercício de controle de constitucionalidade.
- b) A inconstitucionalidade material ocorre quando é desrespeitado todo o processo para as formações das leis pré-fixado na Constituição.
- c) O controle de constitucionalidade no Brasil é feito de forma preventiva pelo judiciário e de forma repressiva pelo legislativo, como regra geral.
- d) As comissões de constituição e justiça e o veto jurídico são duas hipóteses de controle repressivo de constitucionalidade, que buscam evitar o ingresso no ordenamento jurídico de leis inconstitucionais.
- e) A inconstitucionalidade de ato normativo do poder público pode ser declarada pelo voto da maioria simples dos membros presentes do tribunal ou, onde houver, dos integrantes do respectivo órgão especial.

15. Rose é militar do Exército e pretende candidatar-se ao cargo de Deputada Estadual. Val é militar da Marinha e pretende se candidatar a prefeito.

Nos termos da Constituição Federal, caso sejam eleitos para o cargo,

- a) contando com menos de dez anos de serviço, será exonerado do cargo militar.
- b) contando com mais de quinze anos de serviço, será transferido para a sede do mandato.
- c) contando com mais de cinco anos de serviço, terá direito à remuneração da origem.
- d) contando com mais de vinte anos de serviço, será promovido na carreira.

e) contando com mais de dez anos de serviço, será transferido para a inatividade.

16. Tanaca Xing Ling é brasileiro naturalizado e foi morar no Japão, onde se casou com Rosevalda Consuelo, uma mexicana de personalidade forte. Quando Rosevalda Consuelo estava a serviço de seu país na Alemanha, nasceu Digo, filho do casal, que não foi registrado no consulado brasileiro nem no mexicano. Aos vinte anos de idade, Digo veio para o Brasil, onde instaurou residência e, ato contínuo, optou pela nacionalidade brasileira.

Nessa situação hipotética, no que diz respeito à nacionalidade, a CF estabelece que Digo

- a) é alemão e brasileiro, tendo obrigatoriamente dupla nacionalidade.
- b) é brasileiro naturalizado.
- c) é brasileiro nato.
- d) não pode optar pela nacionalidade brasileira por não estar residindo, sem condenação penal, há mais de quinze anos ininterruptos no Brasil.
- e) é alemão, brasileiro e mexicano, tendo obrigatoriamente cidadania múltipla.

17. A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, uma importante mudança no nosso ordenamento jurídico, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo;
- b) sempre terão a natureza jurídica de atos de direito internacional, não se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.

- c) podem ter a natureza jurídica de emenda constitucional, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros;
- d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário;
- e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros;

18. “Tibruço, estudante de direito, informou ao seu colega Tibério que tinha realizado amplos estudos a respeito das competências do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Por fim, alcançou três conclusões:

- (1) Na composição do CNJ tem membros da justiça eleitoral e militar;;
- (2) o CNJ realiza o controle dos atos administrativos, financeiros e jurisdicionais praticados pelos órgãos do Poder Judiciário; e,
- (3) todos os órgãos do Poder Judiciário estão sujeitos ao controle do CNJ.”

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- a) somente a conclusão 2 está incorreta.
- b) todas as conclusões estão corretas.
- c) somente a conclusão 3 está correta.
- d) todas as conclusões estão incorretas.
- e) somente a conclusão 2 está incorreta.

19. Tanaka, Deputado Estadual, sempre morou com sua vó e quando criança gostava muito da natureza e por isso virou protetor da natureza e meio ambiente. Consultou sua assessoria sobre a competência do Estado para legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição. Em resposta, foi informada de que essa competência era exercida em caráter concorrente com a União.

À luz da sistemática constitucional, a informação fornecida pela assessoria de Tanaka indica que:

- a) a União e o Estado devem editar as leis sobre a matéria em caráter conjunto.
- b) o Estado somente pode legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição enquanto a União não o fizer;
- c) a União somente pode legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição enquanto o Estado não o fizer;
- d) a União deve limitar-se à edição de normas gerais sobre a matéria;
- e) a União e o Estado podem legislar livremente sobre a matéria quando bem entender;

20. Quanto ao grau de aplicabilidade das normas constitucionais, as normas no texto constitucional classificam-se conforme seu grau de eficácia. Segundo a classificação doutrinária, a norma constitucional segundo a qual todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente; é classificada como norma constitucional

- a) de eficácia limitada.
- b) diferida ou programática.
- c) de eficácia exaurida.
- d) de eficácia contida.
- e) de eficácia plena.

DIREITO CIVIL

Géssica Ehle

21. Com relação à prescrição e à decadência no direito civil, julgue os próximos itens.

- I. A prescrição extingue a pretensão nascida de um direito violado.
- II. A renúncia prévia ao prazo prescricional pode ser exercida de forma expressa, ou tácita, antes ou depois de consumada a prescrição.
- III. Os prazos prescricionais e decadenciais não correm contra os relativamente incapazes.
- IV. Na decadência convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e IV.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

22. Maria e Paula são mãe e filha e decidem mudar para a praia no intuito de iniciarem um negócio de venda de açai. Para tanto, buscam ajuda de um corretor que logo percebe a inexperiência da família, encontra o imóvel ideal, porém redige contrato estipulando parcela locatícia quatro vezes acima do valor de mercado. Celebrado o contrato e realizada a mudança, já nos primeiros meses, a família percebe que seu empreendimento não é rentável, o valor gerado não é suficiente para cobrir os gastos da produção o que faz com que ambas busquem a orientação de uma nova corretora.

Considerando a situação hipotética, em conformidade com o disposto no Código Civil, a postura da nova corretora ao auxiliar mãe e filha

deve ser no sentido de comunicar a ocorrência de

- a) coação, não sendo possível a revisão judicial, mas apenas a anulação do negócio jurídico.
- b) erro ou a ignorância, sendo possíveis a revisão judicial e a anulação do negócio jurídico.
- c) dolo, não sendo possível a revisão judicial, mas apenas a anulação do negócio jurídico.
- d) lesão, sendo possíveis a revisão judicial bem como a anulação do negócio jurídico.
- e) estado de perigo, não sendo possível a revisão judicial, mas apenas a anulação do negócio jurídico.

CONTABILIDADE GERAL

Marcondes Fortaleza

23. A Cia. MAVIFOR aplicou R\$ 400.000,00 em dois ativos financeiros, e definiu que metade dos títulos seria avaliada ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e o restante seria mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os títulos possuem as mesmas características, a taxa de juros contratada foi de 1% ao mês e a aplicação ocorreu em 01/12/2019. O valor justo de cada o título, em 31/12/2019, era R\$ 201.000,00. O valor apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício da empresa MAVIFOR a título de Receita Financeira foi, em reais,

- a) 1.000,00.
- b) 2.000,00.
- c) 3.000,00.
- d) 4.000,00.
- e) 5.000,00.

24. A empresa Desenrola S.A. realizou, em 01/12/2019, as seguintes vendas de mercadorias:

- Venda à vista: R\$ 400.000,00
- Venda para receber no longo prazo (15 meses) no valor nominal: R\$ 394.435,00

Se a venda efetuada a prazo tivesse sido realizada à vista o valor total das vendas seria R\$ 750.000,00. Sabendo-se que a taxa de juros praticada pela empresa nas vendas a prazo é 0,8% ao mês, a empresa Desenrola S.A. reconheceu na Demonstração do Resultado de 2019, especificamente com relação às vendas efetuadas em 01/12/2019,

- a) Receita de Vendas = R\$ 794.435,06.
- b) Receita de Vendas = R\$ 750.000,00, apenas.
- c) Receita de Vendas = R\$ 750.000,00 e Receita Financeira = R\$ 12.000,00.
- d) Receita de Vendas = R\$ 750.000,00 e Receita Financeira = R\$ 2.800,00.
- e) Receita de Vendas = R\$ 794.435,00 e Receita Financeira = R\$ 88.871,06.

25. Sobre o CPC 27, que trata do Ativo Imobilizado, marque a assertiva incorreta:

- a) Sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos de uso interno são classificados como ativo imobilizado quando a entidade espera usá-los por mais de um período. Da mesma forma, se puderem ser utilizados somente em conexão com itens do ativo imobilizado, também são contabilizados como ativo imobilizado.
- b) O custo de um item de ativo imobilizado é equivalente ao preço à vista na data do reconhecimento. Se o prazo de pagamento excede os prazos normais de crédito, a diferença entre o preço equivalente à vista e o total dos pagamentos deve ser reconhecida como receita com juros durante o período.

c) Após o reconhecimento como um ativo, o item do ativo imobilizado cujo valor justo possa ser mensurado confiavelmente pode ser apresentado, se permitido por lei, pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo à data da reavaliação menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas subsequentes.

d) É possível um terreno ter vida útil limitada e, assim, ser depreciado.

e) O reconhecimento dos custos no valor contábil de um item do ativo imobilizado cessa quando o item está no local e nas condições operacionais pretendidas pela administração.

26. A Companhia MAVIFOR adquiriu para revenda mercadorias no valor de R\$ 5.000,00 no dia 22 de julho de 2020. Os impostos recuperáveis sobre a compra perfazem o total de R\$ 900,00. Sobre essa compra, a Companhia MAVIFOR também pagou frete de R\$ 100,00 com impostos recuperáveis de R\$ 20,00 e seguros no valor de R\$ 25,00.

A empresa vendeu 40% das mercadorias adquiridas no período por R\$ 3.000,00.

Na venda, foi dado um desconto de 10% porque o pagamento foi à vista.

Houve, ainda, a incidência de 18% de tributos sobre a venda.

É correto afirmar que o valor do Resultado Operacional Bruto foi de:

- a) lucro de R\$ 478,00
- b) lucro de R\$ 214,00
- c) lucro de R\$ 778,00
- d) prejuízo de R\$ 1.991,00
- e) lucro de R\$ 532,00

27. A partir do que dispõe a NBC TG 26 (R5), que trata da apresentação das demonstrações contábeis, marque V para verdadeiro ou F para falso de acordo com as disposições da referida norma.

- () O passivo é classificado como não circulante se o credor tiver concordado, até a data do balanço, em proporcionar uma dilação de prazo a terminar pelo menos doze meses após a data do balanço, dentro do qual a entidade pode retificar a quebra de *covenant* contratual (reenquadramento nos índices de endividamento e cobertura de juros, por exemplo,) e durante o qual o credor não pode exigir a liquidação imediata do passivo em questão.
- () A entidade deve apresentar análise das despesas utilizando uma classificação baseada na sua natureza, se permitida legalmente, ou na sua função dentro da entidade, devendo eleger o critério que proporcionar informação confiável e mais relevante, obedecidas as determinações legais.
- () As notas explicativas que proporcionam informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e as políticas contábeis específicas podem ser apresentadas como seção separada das demonstrações contábeis.
- () Ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros classificados como para negociação sempre deverão ser apresentados em base líquida.

A sequência está correta em

- a) V, F, F, V.
b) V, V, V, F.
c) V, F, V, V.
d) V, V, V, V.
e) F, F, F, F.

28. Sobre o CPC 29, que trata de Ativo Biológico e Produto Agrícola, marque a assertiva incorreta:

- a) O ativo biológico deve ser mensurado ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.
- b) O produto agrícola colhido de ativos biológicos da entidade deve ser mensurado ao valor justo, menos a despesa de venda, no momento da colheita.
- c) O ganho ou a perda proveniente da mudança no valor justo menos a despesa de venda de ativo biológico reconhecido no momento inicial até o final de cada período deve ser incluído no resultado do exercício em que tiver origem.
- d) A entidade deve incluir na estimativa de fluxo de caixa quaisquer expectativas de financiamento de ativos, tributos ou restabelecimento do ativo biológico após a colheita (por exemplo, o custo de replantio de árvores em plantação após a colheita).
- e) Em todos os casos, a entidade deve mensurar o produto agrícola no momento da colheita ao seu valor justo, menos a despesa de venda.

29. A partir do que dispõe a NBC TG 46 (R2), que trata da mensuração a valor justo, marque V para verdadeiro ou F para falso de acordo com as disposições da referida norma.

- () O valor justo é uma mensuração específica da entidade e não uma mensuração baseada em mercado.
- () valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data do balanço.
- () A entidade precisa ser capaz de vender o ativo específico ou transferir o passivo específico em um mercado na data de mensuração para que possa mensurar o valor justo com base no preço desse mercado.
- () Os custos de transação incluem custos de transporte.

A sequência está correta em

- a) V, F, F, V.
- b) V, V, V, F.
- c) V, F, V, V.
- d) V, V, V, V.
- e) F, F, F, F.

30. Sobre a NBC TG 25 (R2), que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, marque a alternativa correta.

- a) Provisões para perdas operacionais futuras não devem ser reconhecidas.
- b) Uma obrigação envolve sempre outra parte a quem se deve a obrigação. Por isso, é necessário saber a identidade da parte a quem se deve a obrigação.
- c) As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento da administração da entidade, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. As evidências consideradas não devem incluir qualquer evidência adicional fornecida por eventos subsequentes à data do balanço.
- d) As demonstrações contábeis tratam da posição financeira da entidade no fim do seu período de divulgação e, em certa medida, da sua possível posição no futuro. Por isso, algumas provisões são reconhecidas para despesas que necessitam ser incorridas para operar no futuro.
- e) A taxa de desconto deve ser a taxa antes dos impostos que reflita as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o passivo. A taxa de desconto deve refletir os riscos relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

31. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

I-) Impostos são tributos cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

II-) Os serviços públicos são considerados específicos quando podem ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas.

III-) As taxas podem ser cobradas apenas em razão de efetivo serviço público prestado diretamente ao contribuinte.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

32. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a contribuição de melhoria é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, e a lei relativa à contribuição de melhoria observará alguns requisitos mínimos, com exceção de um. Assinale-o.

- a) publicação prévia do memorial descritivo do projeto.
- b) publicação prévia do orçamento do custo da obra.
- c) publicação prévia do contratado que irá executar a obra.
- d) publicação prévia da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição.
- e) publicação prévia da delimitação da zona beneficiada.

33. Conforme prevê a Constituição Federal, alguns tributos só podem ser instituídos através de Lei Complementar. É o que alguns juristas denominam de Reserva de Lei Complementar. Exige Lei Complementar para a sua instituição os tributos abaixo, exceto:

- a) Empréstimos Compulsórios.
- b) Impostos Extraordinários de Guerra.
- c) Impostos Residuais.
- d) Contribuições Residuais.
- e) Imposto sobre Grandes Fortunas.

34. A Igreja Batista Alvorada alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a igreja financia suas atividades missionárias.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedidas às entidades religiosas.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a entidade religiosa é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e a Igreja, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que a Igreja não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU é devido e a pessoa jurídica de direito privado é a responsável tributária e quem deve realizar o pagamento.

35. Em relação aos impostos de Competência dos Estados, julgue os itens a seguir:

- I-) Cabe à Lei Complementar estabelecer as alíquotas mínimas do IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores.
- II-) Resolução do Senado Federal poderá estabelecer as alíquotas internas máximas do ICMS.
- III-) Salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I.

36. Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) 25% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- b) 50% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- c) 25% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados
- d) Pertencerá aos Municípios 70% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 25% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

37. Com relação à responsabilidade tributária, analise as afirmativas a seguir.

- I-) No caso de hasta pública de bem imóvel, os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis se sub-rogam sobre o respectivo preço.
- II-) Encerrado o inventário com a partilha de bens, eventual débito, posteriormente aferido, não poderá mais ser cobrado do espólio e dos herdeiros.
- III-) A empresa sucessora, resultante de fusão, é responsável pelos tributos devidos pela sucedida e pelas multas de mora e punitiva.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

38. O Governador do Estado de Sergipe, por meio de Decreto publicado em 22 de dezembro de 2021, alterou a base de cálculo do IPVA para incorporar a ela a atualização do valor monetário, conforme os índices oficiais de correção.

Sobre esta alteração de base de cálculo, assinale a afirmativa correta.

- a) Somente pode ser feita através de lei, e terá eficácia imediata a partir da data em que esta lei tenha sido publicada.
- b) Somente pode ser feita através de lei, e somente terá eficácia após decorridos noventa dias da data em que a lei tenha sido publicada.
- c) Somente pode ser feita através de lei, e somente terá eficácia no exercício financeiro seguinte àquele em que a lei tenha sido publicada.

d) Embora possa ser feita mediante Decreto, somente terá eficácia depois de decorridos noventa dias da data em que o Decreto tenha sido publicado.

e) Não é considerada majoração de tributo para fins de aplicação do princípio da reserva legal em sentido estrito.

39. Segundo a Constituição Federal de 1988, cabe a qual meio normativo a regulação das limitações constitucionais ao poder de tributar?

- a) Lei Ordinária.
- b) Emenda Constitucional.
- c) Lei Complementar.
- d) Decreto Legislativo.
- e) Dispositivo Constitucional.

40. Com relação ao lançamento tributário, analise os itens a seguir:

I-) Compete, privativamente, à autoridade administrativa constituir, pelo lançamento, a obrigação tributária, verificando a ocorrência do fato gerador.

II-) O lançamento é o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência da obrigação tributária correspondente, necessária para o surgimento do fato gerador.

III-) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

41. As opções a seguir apresentam os efeitos da concessão de medida liminar em mandado de segurança suspendendo a exigibilidade do crédito tributário, à exceção de uma. Assinale-a.

a) Impedir a propositura da ação de execução fiscal.

b) Afastar a situação de inadimplência, possibilitando a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa.

c) Suspender o curso do prazo prescricional.

d) Impedir o lançamento do crédito tributário.

e) Suspender a inscrição no CADIN (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais).

42. Em relação à exclusão do Crédito Tributário, julgue os itens a seguir:

I-) De forma a não afrontar o Princípio da Equidade, a isenção não pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante.

II-) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria; e nem aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

III-) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

43. A sociedade empresária XYWZZ Ltda. teve sua falência decretada, tendo dívidas de obrigação tributária principal relativas a tributos e multas, dívidas decorrentes de acidente de trabalho, bem como dívidas com garantia real. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) O crédito tributário de obrigação principal tem preferência sobre as dívidas com garantia real.
- b) A dívida decorrente de acidente de trabalho tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- c) O crédito tributário decorrente de multas tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.
- d) O crédito relativo às multas tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- e) O crédito tributário de obrigação principal tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.

44. Sobre as garantias e os privilégios do crédito tributário, julgue os itens a seguir:

- I-) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.
- II-) Independentemente da inscrição em dívida ativa, pode-se presumir como fraudulenta a alienação de bens realizada pelo sujeito passivo que esteja em débito com a fazenda pública, desde que exista o crédito tributário.
- III-) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

45. Além de outras informações, o termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

- a) o nome do devedor e do seu cônjuge ou companheiro, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outro.
- b) a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos.
- c) a existência de indícios de crime contra a ordem tributária na origem da dívida.
- d) a data em que houve a ocorrência do fato gerador do tributo.
- e) o número do processo judicial de que se originar o crédito.

AUDITORIA FISCAL

Tonyvan Carvalho

46. Nos termos das normas vigentes de auditoria, assinale a alternativa incorreta em relação ao ceticismo e ao julgamento profissional do auditor.

- a) O ceticismo profissional do auditor inclui estar alerta, por exemplo, a informações que coloquem em dúvida a confiabilidade dos documentos e respostas a indagações a serem usadas como evidências de auditoria.
- b) A manutenção do ceticismo profissional ao longo de toda a auditoria é necessária, por exemplo, para que o auditor reduza os riscos de ignorar circunstâncias não usuais e generalização excessiva ao tirar conclusões das observações de auditoria.
- c) O auditor deve considerar a suficiência das evidências quando um documento individual suscetível à fraude for a única evidência que corrobore um valor relevante da demonstração contábil.
- d) A crença de que a administração e os responsáveis pela governança são honestos e têm integridade livra o profissional de auditoria da necessidade de manter o ceticismo profissional.
- e) O julgamento profissional é necessário, em particular, nas decisões sobre diversos assuntos, dentre eles, a materialidade e o risco de auditoria.

47. O auditor deve realizar a seguinte atividade antes de iniciar a etapa de planejamento:

- a) Definir os procedimentos analíticos a serem aplicados como procedimentos de avaliação de risco.
- b) Realizar uma avaliação da conformidade com os requisitos éticos, inclusive independência.
- c) Obter entendimento global da estrutura jurídica e o ambiente regulatório aplicável à entidade.

d) Determinar a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.

e) Definir o envolvimento de especialistas.

48. De acordo com a NBC TA 315 (R1), o ambiente de controle estabelece o tom da organização, influenciando a consciência de controle de suas pessoas. O ambiente de controle abrange elementos que podem ser relevantes na obtenção de seu entendimento. Sendo assim, NÃO é um elemento do ambiente de controle relacionado na referida norma:

- a) Comunicação, integridade e valores éticos.
- b) Compromisso com a competência.
- c) Filosofia e estilo operacional da administração.
- d) Atribuição de autoridade e responsabilidade.
- e) Políticas públicas.

49. A determinação de materialidade pelo auditor é uma questão de julgamento profissional e é afetada pela percepção do auditor das necessidades de informações financeiras dos usuários das demonstrações contábeis. Neste contexto, é razoável que o auditor assuma que os usuários

- a) podem ou não possuir conhecimento de negócios e de contabilidade.
- b) possuem plena confiança no auditor e no trabalho realizado por sua equipe.
- c) tomam decisões econômicas de acordo com o relatório do auditor.
- d) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores baseados no uso de estimativas.
- e) precisam das informações com tempestividade, para tomar suas decisões com rapidez.

50. A possibilidade de o auditor não detectar distorção relevante existente em demonstrações contábeis caracteriza o risco:

- a) inerente.
- b) de auditoria.
- c) de detecção.
- d) de distorção relevante.
- e) de controle.

51. O auditor deve definir e executar procedimentos de auditoria que sejam apropriados às circunstâncias com o objetivo de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente.

A quantidade da evidência de auditoria necessária é afetada pela avaliação

- a) de sua confiabilidade e de sua tempestividade.
- b) De sua relevância e de sua verificabilidade.
- c) De sua relevância e dos riscos de distorção.
- d) Da qualidade da evidência de auditoria e da tempestividade em obtê-las.
- e) Dos riscos de distorção e da qualidade da evidência de auditoria.

52. Durante um trabalho de auditoria, o responsável pela equipe, após analisar as competências de cada um, atribuiu a um dos componentes da equipe o procedimento técnico de inspeção que deve ser aplicado para:

- a) acompanhar a execução de processos;
- b) conferir a exatidão de cálculos;
- c) examinar o conteúdo de documentos;
- d) obter informações com terceiros;
- e) verificar o comportamento de valores extremos.

53. Os procedimentos de auditoria podem ser classificados de acordo com o tipo de evidência obtida com sua aplicação. Assim, a observação é um método de coleta de informação

contextualizada sobre a forma de funcionamento do objeto auditado. Esse procedimento deve ser aplicado para:

- a) apurar o estado de conservação de equipamentos;
- b) atestar a veracidade de notas fiscais junto ao Fisco;
- c) averiguar a adequação da execução de processos;
- d) corroborar obrigações assumidas pelo auditado junto a terceiros;
- e) verificar se os alegados licitantes participaram efetivamente do processo.

54. Ao considerar as características da população da qual a amostra será extraída, o auditor pode determinar que a estratificação é apropriada. Com relação à estratificação, analise as afirmativas a seguir.

I. A eficiência da auditoria pode ser melhorada se o auditor estratificar a população, dividindo-a em subpopulações distintas que tenham características diferentes.

II. O objetivo da estratificação é o de reduzir a variabilidade dos itens de cada estrato e permitir que o tamanho da amostra seja reduzido sem aumentar o risco de amostragem.

III. Os resultados dos procedimentos de auditoria aplicados a uma amostra de itens dentro de um estrato podem ser projetados para os itens que não compõem esse estrato.

Está correto o que se afirma em

- a) I, somente.
- b) II, somente.
- c) III, somente.
- d) I e II, somente.
- e) I, II e III.

55. Ao determinar a extensão de um teste de auditoria, o auditor pode empregar técnicas de amostragem. Existem fatores que influenciam o tamanho da amostra, provocando efeitos diversos. Um aumento na taxa esperada de desvio da população a ser testada é um fator cujo efeito é:

- a) aumento do tamanho da amostra para testes de controles;
- b) redução do tamanho da amostra para testes de controles;
- c) redução do tamanho da amostra para testes de detalhes;
- d) negligenciável para testes de controles;
- e) negligenciável para testes de detalhes.

56. Segundo a NBC TA 560(R1), após a divulgação das demonstrações contábeis, o auditor independente não tem obrigação de executar nenhum procedimento de auditoria em relação às demonstrações contábeis. Entretanto, se, após a divulgação das demonstrações contábeis, o auditor independente tomar conhecimento de fato que, se fosse do seu conhecimento na data do relatório, poderia tê-lo levado a alterar seu relatório, Neste caso, o auditor independente deve:

- a) Abster-se de emitir o relatório de auditoria.
- b) Emitir relatório com parágrafo de ênfase.
- c) Discutir o assunto com os responsáveis pela governança.
- d) Se for necessária a alteração das demonstrações contábeis, emitir opinião com parecer adverso.
- e) Discutir o assunto com a administração e, quando apropriado, com os responsáveis pela governança.

57. Durante a realização de uma auditoria da conta de estoques de uma concessionária de revenda de veículos, no grupo circulante, o auditor observou que um veículo adquirido para uso foi contabilizado como estoque para revenda. Assinale a alternativa correta sobre a direção do teste mais adequado associado à situação exposta.

- a) teste principal para superavaliação de ativo e teste secundário para superavaliação de outra conta do ativo.
- b) teste principal para subavaliação de ativo e teste secundário para subavaliação de outra conta do ativo.
- c) teste principal para superavaliação de ativo e teste secundário para subavaliação de despesa.
- d) teste principal para subavaliação de ativo e teste secundário para subavaliação de despesa.
- e) teste principal para superavaliação de ativo e teste secundário para subavaliação de outra conta do ativo.

58. A não obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar sua opinião implica que o auditor:

- a) expresse uma opinião adversa, se concluir também que as distorções são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis;
- b) expresse uma opinião com parágrafo de ênfase, se concluir também que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes e generalizados;
- c) expresse uma opinião com ressalva, se concluir também que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes, mas não generalizados;

- d) expresse uma opinião não modificada, se concluir também que as distorções são relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis;
- e) se abstenha de opinar, se concluir também que as distorções poderiam ser relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis.

59. Com relação à auditoria na escrituração fiscal digital (EFD) e na nota fiscal eletrônica (NFe), julgue os itens a seguir.

- I. O leiaute do arquivo digital da EFD definido em Ato COTEPE será estruturado por dados organizados em blocos, de forma a identificar perfeitamente a totalidade das informações, sem a necessidade de detalhar os registros.
- II. O procedimento de validação e assinatura deverá ser efetuado após o envio do arquivo ao ambiente nacional do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED.
- III. A recepção do arquivo digital da EFD implicará no reconhecimento da veracidade e legitimidade das informações prestadas, nem na homologação da apuração do imposto efetuada pelo contribuinte.
- IV. Após concedida a Autorização de Uso da NF-e, a administração tributária da unidade federada do emitente tem a opção de transmitir a NF-e para a RFB.

Quais estão corretos?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas II e III.
- e) Nenhum.

60. O contribuinte do ICMS-IPÍ deverá utilizar a EFD para efetuar a escrituração dos seguintes livros fiscais, com exceção do:

- a) Livro Registro de Entradas.
- b) Livro Registro de Saídas.
- c) Livro Registro de Inventário.
- d) Livro Registro de Apuração do IPÍ e ICMS.
- e) Livro Razão.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Ranielison Passos

61. Em relação ao sistema operacional Windows 10, julgue os itens seguintes.

O sistema operacional Windows 10 possui um recurso nativo ao sistema que realiza avaliações no computador na tentativa de encontrar spywares e programas indesejáveis. Esse recurso é o

- a) Firewall do Windows.
- b) Norton Utilities.
- c) Windows Defender.
- d) Windows AntiSpyware.
- e) Windows Update.

62. Qual é o do recurso que facilita o acesso aos sites mais acessados pelo usuário do Google Chrome, permitindo a ele salvar o endereço da página da internet, atribuindo-lhes uma descrição personalizada.

- a) Abas.
- b) Páginas.
- c) Histórico.
- d) Downloads.
- e) Favoritos.

63. Malwares são destinados a se infiltrarem em sistemas computacionais de forma ilícita. São exemplos de softwares maliciosos:

- a) DoS, flood, trojan.
- b) vírus, trojan e adware.
- c) backdoor, waf, sniffer.
- d) phishing, flood, spoofing.
- e) vírus, sniffer, keylogger.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Renan Araújo

64. Situação hipotética: Renan e Lázaro sequestraram Tábata, com o fim de exigir do pai da vítima vultuosa quantia em dinheiro como condição para a libertação da mesma. Porém, quando Tábata ainda estava em cativeiro, sobreveio nova lei penal alterando a pena prevista para o delito de extorsão mediante sequestro.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) A nova lei penal será aplicada ao crime praticado por Renan e Lázaro, ainda que a alteração seja prejudicial aos agentes, pela teoria da atividade.
- b) A nova lei penal será aplicada ao crime praticado por Renan e Lázaro, desde que a alteração seja benéfica aos agentes.
- c) A nova lei penal não será aplicada ao crime praticado por Renan e Lázaro, pelo princípio da irretroatividade da lei penal.
- d) A nova lei penal não será aplicada ao crime praticado por Renan e Lázaro, pois se aplica a lei vigente no início da permanência.
- e) A nova lei penal não será aplicada ao crime praticado por Renan e Lázaro, pela teoria da atividade.

65. Leôncio, auditor-fiscal da SEFAZ-SE, subtraiu um *laptop* pertencente à Secretaria de Fazenda. O referido bem não se encontrava na posse de Leôncio, mas este tirou proveito das facilidades do cargo para realizar a subtração, já que se valera do cargo para ingressar no prédio da Secretaria em horário com menor circulação de pessoas.

Nesse caso, a conduta de Leôncio configura:

- a) crime de peculato-furto
- b) crime de apropriação indébita
- c) crime de furto
- d) crime de peculato-apropriação
- e) falta funcional, mas não configura crime

66. Quando o agente dá causa a determinado resultado criminoso, em razão da inobservância do dever objetivo de cuidado, sem ter previsto tal resultado quando era possível, nas circunstâncias, a referida previsão, é correto afirmar que há o elemento subjetivo denominado:

- a) culpa consciente
- b) dolo eventual
- c) culpa inconsciente
- d) dolo direto de segundo grau
- e) dolo por erro sucessivo

ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

67. Um campeonato de futebol é realizado com 10 times e cada time joga com cada um dos outros uma, e apenas uma, vez. A pontuação é a tradicional: em caso de vitória, o vencedor ganha 3 pontos e o perdedor nada ganha e, em caso de empate, os dois times ganham 1 ponto cada. No fim do torneio, a soma das pontuações de todos os times deu 120. O número de jogos que terminaram empatados foi

- a) 15.
- b) 66.
- c) 17.
- d) 18.
- e) 20.

68. Suponha que 4 livros de Direito Constitucional e 6 livros de Direito Administrativo devam ser acomodados em uma estante, de modo que um fique ao lado do outro. Se dois livros forem escolhidos aleatoriamente entre os 10, então a probabilidade de pelo menos um deles ser de Direito Constitucional é igual a:

- a) $1/3$
- b) $2/3$
- c) $3/4$
- d) $1/5$
- e) $4/5$

69. Carlos Henrique, professor de Estatística do Estratégia Concursos, vem há muito tempo acompanhando os dados sobre custos e faturamento do delivery de sua esposa Núbia. O delivery funciona todos os dias da semana e o Carlos Henrique concluiu que: o custo diário do delivery segue uma distribuição normal, com média igual a R\$ 300,00 e desvio-padrão igual a R\$ 10,00 e que o faturamento diário, também,

apresenta uma distribuição normal, com média R\$ 600 e desvio-padrão R\$ 20. Lembremos que a probabilidade dessa variável Z assumir valores no intervalo entre $0 < Z < 2$ — ou seja, entre a média 0 e 2 desvios-padrões — é, aproximadamente, igual a 0,4772.

Núbia, muito preocupada com o futuro de seu delivery, questionou se Carlos Henrique poderia verificar a probabilidade de, em um dia qualquer, o custo ser maior do que R\$ 320,00 e o faturamento ficar no intervalo entre R\$ 560,00 e R\$ 640,00.

As probabilidades pedidas são respectivamente:

- a) 3,46% e 91,28%
- b) 2,28% e 95,44%
- c) 1,54% e 90,36%
- d) 3,76% e 98,98%
- e) 4% e 90%

Em 10 anos (de 2012 a 2021), foi registrado, em cada ano, o faturamento anual (Y) da empresa TOFER RADO, em milhões de reais, e o respectivo gasto anual com propaganda (X), em milhões de reais. Um modelo de regressão linear simples $Y_t = \alpha + \beta X_t + \varepsilon$, $t = 1, 2, \dots$ foi elaborado para se prever Y em função de X , considerando as informações registradas, em que Y_1 e X_1 são o faturamento e o gasto com propaganda em 2012, Y_2 e X_2 são o faturamento e o gasto com propaganda em 2013, e assim por diante. Os parâmetros α e β são desconhecidos e ε é o erro aleatório com as respectivas hipóteses do modelo de regressão linear simples.

As estimativas de α e β foram obtidas pelo método dos mínimos quadrados, e sabe-se que o valor da soma dos faturamentos e dos gastos com propaganda de 2012 a 2021 foram, em milhões de reais, iguais a 120 e 15, respectivamente.

70. Se a estimativa do coeficiente angular da reta obtida por meio do método dos mínimos quadrados foi de 1,8, então a previsão do faturamento em um determinado ano, uma vez que a empresa gastou com propaganda neste ano 2 milhões de reais, é, em milhões de reais:

- a) 10,4
- b) 11,6
- c) 12,9
- c) 13,7
- e) 14,8

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

71. Segundo prevê a Lei 14.133/2021, o prazo mínimo para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, para contratação de obras sob o regime de contratação integrada, é de:

- a) 15 dias úteis.
- b) 25 dias úteis.
- c) 35 dias úteis.
- d) 45 dias úteis.
- e) 60 dias úteis.

72. Tendo por base a subconcessão de um serviço público delegado à iniciativa privada, é correto afirmar, de acordo com a Lei 8.987/1995, que:

- a) É admitida a subconcessão, desde que autorizada pelo poder concedente, expressa ou tacitamente, não se operando a sub-rogação dos direitos e obrigações do subconcedente.
- b) A outorga de subconcessão será sempre precedida de licitação, na modalidade diálogo competitivo.

c) Não é admitida, por força do princípio da pessoalidade e do caráter especial do contrato de concessão.

d) Será admitida, desde que o subconcessionário tenha participado do certame que deu ensejo ao contrato celebrado com o atual concessionário.

e) É admitida a subconcessão, desde que autorizada expressamente pelo poder concedente e precedida de concorrência, sendo que o subconcessionário se sub-rogará todos os direitos e obrigações da subconcedente dentro dos limites da subconcessão.

73. Em relação à sanção de impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública prevista na Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

a) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

b) impedirá o responsável de licitar ou contratar pelo prazo máximo de dois anos.

c) admite reabilitação após o transcurso do prazo mínimo de 2 anos.

d) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 anos.

e) não poderá ser cumulada com outras sanções, em atenção à vedação ao *bis in idem*.

74. Em relação às entidades da Administração Indireta e aos entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que:

- a) a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização legislativa e licitação, constituindo-se nas mesmas exigências para a alienação do controle de subsidiárias e controladas.
- b) para a criação de subsidiárias de empresas públicas e sociedades de economia mista é necessária autorização específica do Congresso Nacional.
- c) a autorização legislativa não é necessária no caso de venda do controle das subsidiárias e controladas de empresas públicas e sociedades de economia mista.
- d) no caso de empresas públicas e sociedades de economia mista, não há necessidade de autorização legislativa ou processo licitatório para alienação das empresas-matrizes.
- e) a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como do controle de suas subsidiárias e controladas não exige autorização legislativa e licitação.

75. Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas nos casos de dolo.
- b) Em regra, a responsabilidade objetiva do Estado não se aplica aos atos dos juízes causadores de danos, a não ser nos casos expressamente declarados em lei.

c) O Estado responde civilmente por danos decorrentes de omissão do dever de fiscalizar comércio de fogos de artifício, ainda que não tenha violado seu dever de agir na concessão da licença ou tenha empreendido fiscalização com as devidas as cautelas legais.

d) Em caso de inobservância do seu dever específico de proteção, o Estado responderá pela morte do detento nos termos considerados na teoria da culpa administrativa.

e) A Constituição Federal adota a teoria da responsabilidade objetiva do Estado na modalidade risco integral.

76. No que se refere à extinção dos atos administrativos, assinale a afirmativa correta.

a) A cassação é forma de extinção de ato válido por razões de conveniência e oportunidade da Administração.

b) Atos que integram procedimento em regra são passíveis de revogação.

c) Atos que possuem vício de finalidade podem ser convalidados.

d) A caducidade de um ato administrativo ocorre quando legislação superveniente torna insustentável o ato anteriormente praticado.

e) A anulação realizada pela Administração depende da provocação do interessado.

77. Tomando por base a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que considera-se constitucional a delegação do poder de polícia:

- a) a quaisquer pessoas jurídicas de direito privado que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado.
- b) por meio de lei ou outros atos normativos de caráter geral, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública, que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado sob regime não concorrencial.
- c) por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes ou não da Administração Pública, que prestem serviço público de atuação própria do Estado ou explorem atividades econômicas em sentido estrito.
- d) por meio da Constituição, apenas, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública, que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado.
- e) por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública, que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado em regime não concorrencial.

78. Augusto, agente público do Estado de Sergipe, nomeou seu filho para o exercício de cargo em comissão no órgão em que trabalha. Considerando haver comprovado dolo com finalidade ilícita por parte do agente, é correto afirmar que, de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, Augusto poderá ser sancionado com a pena de:

- a) suspensão dos direitos políticos por até 4 anos.
- b) perda da função pública.
- c) perda dos bens acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio.

d) multa civil equivalente ao dano causado ao erário.

e) pagamento de multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

79. Em se tratando de Sociedade Simples, é correto afirmar:

- a) Até cinco anos depois de averbada a modificação do contrato, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio.
- b) Se os bens da sociedade não lhe cobrirem as dívidas, respondem os sócios pelo saldo, na proporção em que participem das perdas sociais, vedada a estipulação da cláusula de responsabilidade solidária.
- c) Salvo estipulação em contrário, o sócio participa dos lucros e das perdas, na proporção das respectivas quotas, mas aquele, cuja contribuição consiste em serviços, somente participa dos lucros na proporção da média do valor das quotas.
- d) São irrevogáveis os poderes conferidos a sócio por ato separado.
- e) Quando, por lei ou pelo contrato social, competir aos sócios decidir sobre os negócios da sociedade, as deliberações serão tomadas por unanimidade dos sócios.

80. Considerando as disposições do Código Civil sobre o estabelecimento empresarial, é correto afirmar:

- a) A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produzirá efeito em relação aos respectivos devedores, desde o momento da transferência, mas o devedor ficará exonerado se de boa-fé pagar ao cedente.
- b) Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos dois anos subsequentes à transferência.
- c) Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em trinta dias a partir de sua notificação.
- d) A transferência importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento, sendo vedada estipulação contratual em contrário.
- e) O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de dois anos, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Luciano Rosa

81. A composição de preços e análise de resultados é essencial para a manutenção do negócio e depende de fatores objetivos.

capacidade máxima de produção	13.500 unidades mês
Custo direto	R\$ 30,50
Custos indiretos de fabricação (fixos)	R\$ 50.450,00
Preço médio do produto no mercado	R\$ 60,00
Tributos sobre faturamento	20%
Tributos incidentes sobre o lucro	24%
Despesas administrativas	R\$ 35.000,00

Considere que a empresa KLR, que adota o custeio por absorção, possua a estrutura de faturamento/custos/despesas apresentada na tabela anterior. Considere, ainda, que essa empresa tenha produzido e comercializado 13.000 unidades com preço 10% inferior à média de mercado. Nessa situação hipotética,

- a) a margem bruta será superior a 24%.
- b) a margem líquida será superior a 12%.
- c) a receita líquida será de R\$ 702.000,00
- d) o lucro bruto será de R\$124.050,00.
- e) O lucro líquido será de R\$ 60.534,00.

82. A Indústria KLR Ltda fabrica três produtos (A, B e C), utilizando equivalentes de produção em seu sistema de produção contínua. Os seus custos de matéria-prima são 100% alocados no início do processo e os custos de conversão (mão de obra direta e custos indiretos de produção) são alocados proporcionalmente às unidades equivalentes de produção.

Em dado mês, foi iniciada e concluída a produção de 160 unidades do produto A e de 200 unidades do produto C. O produto B ficou 80% concluído ao final do processamento de suas 300 unidades.

Nessa situação hipotética, considerando-se que o total de custos de conversão aplicados à produção do período tenha sido de R\$ 180.000 e que o custo unitário de matéria-prima do produto B tenha sido de R\$ 110, o custo da produção equivalente total do produto B, em reais (R\$), foi um valor entre

- a) 23 mil e 25 mil.
- b) 95 mil e 110 mil.
- c) 60 mil e 65 mil.
- d) 85 mil e 95 mil.
- e) 75 mil e 85 mil.

83. Uma empresa que produz e comercializa um único produto trabalha com uma margem de contribuição de 30% do preço de venda desse produto. O total de custos e despesas fixas da empresa é igual a R\$ 360.000. O grau de alavancagem operacional em dado momento é igual a 4.

Nessa situação, o percentual de margem de segurança da empresa é igual a

- a) 10%.
- b) 15%.
- c) 20%.
- d) 25%.

e) 30%

84. A empresa Industrial KLR Ltda, que fabrica apenas um tipo de produto, apresentou a seguinte tabela com os gastos realizados no período X0. A empresa utiliza o custeio por absorção, sendo o objeto de custeio o produto fabricado.

Custo/despesa	valor (em R\$)
Salários de vendedores	12.000
Salários do pessoal da fábrica	40.000
Salários da administração	23.000
Energia elétrica da fábrica	16.000
Embalagens do produto fabricado	8.000
Seguro do prédio da fábrica	5.000
Manutenção do prédio da fábrica	7.000
Matéria-prima consumida	150.000
Despesas financeiras	20.000
Depreciação dos equipamentos da fábrica	10.000
Material de escritório	3.000

Considerando apenas as informações da tabela acima, indique a resposta correta:

- a) os custos de transformação da empresa somam R\$ 68.000.
- b) Os custos de conversão da empresa somam R\$ 78.000.
- c) O custo primário é de R\$ 150.000.
- d) O custo total é a soma dos custos primários com os custos de transformação.
- e) O custo total é de R\$ 228.000.

85. Em 2021, no seu último ano de exercício social, a empresa Corujinha Ltda apurou, antes de impostos, lucro de R\$ 1.350.000, pelo método do custeio por absorção, e lucro de R\$ 1.125.000, pelo método do custeio variável. A empresa informou que o estoque inicial era zero, foram produzidas 80.000 unidades, o custo variável unitário foi de \$ 50 e o custo fixo total de R\$ 1.000.000.

Considerando-se essas informações, é correto afirmar que o estoque final da empresa foi de:

- a) 18.000 unidades
- b) 20.000 unidades
- c) 22.000 unidades
- d) 25.000 unidades
- e) 30.000 unidades

86. Considere que a empresa KLR Ltda, fabricante de um único produto, com despesas variáveis de R\$ 2 por unidade vendida e sem estoques iniciais, tenha incorrido em custos de produção variáveis de R\$ 10 por unidade e em custos fixos totais de R\$ 20 mil para produzir 10 mil unidades de seu único produto. Considere, ainda, que 80% dessa produção tenha sido vendida pelo preço de R\$ 60. Nessa situação, a empresa atingiu um índice de margem de contribuição de:

- a) 70%
- b) 75%
- c) 80%
- d) 85%
- e) 90%

87. Determinada empresa atingiu seu ponto de equilíbrio ao vender 4 mil unidades de seu único produto. Seus custos e despesas fixas somaram R\$ 160.000. Nessa situação, se a empresa apurar um lucro, antes de impostos, de R\$ 40.000, ela terá obtido uma margem de segurança de

- a) 50%
- b) 40%
- c) 30%
- d) 20%
- e) 10%

88. Quando seus estoques iniciais estavam zerados, a empresa KLR Ltda apurou, em dado exercício social, lucro operacional líquido de R\$ 480 mil em um sistema de custeio variável. Nesse contexto, essa empresa incorreu em custos fixos de R\$ 500 mil para produzir completamente determinado número de unidades de seu único produto e vender 80% dessas unidades. Nessa situação, a referida empresa verificou um lucro operacional, para fins societários, de

- a) 400.000
- b) 450.000
- c) 500.000
- d) 550.000
- e) 580.000

89. Uma empresa industrial fabrica e vende um único produto. Em 2019, os custos e outros dados operacionais relacionados ao referido produto foram os seguintes.

preço unitário de venda R\$ 60

custos de fabricação

variáveis (por unidade produzida)

materiais diretos R\$ 15

mão de obra direta R\$ 8

indiretos variáveis R\$ 5

fixos (por ano) R\$ 160.000

despesas de vendas e despesas administrativas

variáveis (por unidade vendida) R\$ 7

fixas (por ano) R\$ 80.000

Os dados referentes à movimentação dos estoques estão apresentados a seguir.

unidades no estoque inicial zero

unidades produzidas no ano 10.000

unidades vendidas no ano 7.000

unidades no estoque final 3.000

A partir dos dados precedentes, assinale a opção que apresenta os valores que correspondem ao custo unitário de fabricação do produto, em 2019, calculado pelo método de custeio por absorção e pelo método de custeio variável, respectivamente.

- a) R\$ 33 e R\$ 19
- b) R\$ 33 e R\$ 21
- c) R\$ 21 e R\$ 33
- d) R\$ 44 e R\$ 28
- e) R\$ 28 e R\$ 48

90. A empresa "Fiquemcasa Ltda", que produz um único produto, apresentou a tabela a seguir, com valores em reais, evidenciando a sua estrutura de custos, despesas e preços.

Custos variáveis totais por unidade	15
Custos fixos totais	100.000
Despesas fixas totais	50.000
Despesas variáveis totais por unidade (todas relacionadas ao processo de venda.)	7
Preço de venda	40

Em determinado período, a empresa produziu 25.000 unidades do produto e vendeu 20.000 unidades, não havendo estoques finais de produtos em processo nem estoques iniciais de qualquer espécie.

Considerando a tabela e as informações anteriormente apresentadas, e de acordo com a legislação societária, o montante do estoque final de mercadorias

- a) \$ 90.000
- b) \$ 95.000
- c) \$ 100.000
- d) \$ 105.000
- e) \$ 110.000

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, ADMINISTRAÇÃO FISCAL DO ESTADO DE SERGIPE E ÉTICA

Eduardo da Rocha e Rafael Rocha

91. Com base na lei estadual 4.483/01, pode-se afirmar que é um órgão instrumental da SEFAZ-SE:

- a) Superintendência de Administração e Finanças.
- b) Conselho de Correição Fazendária.
- c) Gerência-Geral de Assessoramento Institucional.
- d) Superintendência de Finanças Públicas.
- e) Administrações Regionais de Gestão Tributária.

92. De acordo com a legislação que rege o Processo Administrativo Fiscal (PAF) no Estado de Sergipe, são requisitos da decisão de 2ª instância, exceto:

- a) o relatório.
- b) os fundamentos.
- c) o voto.
- d) a conclusão.
- e) a ementa.

93. Com base na legislação que rege o PAF no estado de Sergipe, pode-se afirmar que o pedido de reconsideração poderá ser interposto pelo(a):

- a) atuado e pela SUPERGEST.
- b) SUPERGEST.
- c) atuado e pelo atuante.
- d) atuante e pela SUPERGEST.
- e) atuado, pelo atuante e pela SUPERGEST.

94. Com base na legislação que rege o PAF no estado de Sergipe, pode-se afirmar que a análise da admissibilidade do recurso especial cabe à/ao:

- a) Pleno do CONTRIB/SE.
- b) Procurador do Estado.
- c) Presidente do CONTRIB/SE.
- d) Julgador de 1ª Instância.
- e) Relator designado.

95. Acerca das alíquotas do ITCMD, é correto afirmar que:

- a) elas são idênticas para as transmissões *causa mortis* e por doação.
- b) elas são seletivas.
- c) elas são progressivas.
- d) considerando uma mesma base de cálculo, as transmissões por doação são mais oneradas do que as transmissões *causa mortis*.
- e) aplica-se às transmissões *causa mortis* a alíquota vigente à data da abertura do inventário.

94. Com base na legislação que rege o PAF no estado de Sergipe, pode-se afirmar que a análise da admissibilidade do recurso especial cabe à/ao:

- f) Pleno do CONTRIB/SE.
- g) Procurador do Estado.
- h) Presidente do CONTRIB/SE.
- i) Julgador de 1ª Instância.
- j) Relator designado.

95. Acerca das alíquotas do ITCMD, é correto afirmar que:

- f) elas são idênticas para as transmissões *causa mortis* e por doação.
- g) elas são seletivas.
- h) elas são progressivas.
- i) considerando uma mesma base de cálculo, as transmissões por doação são mais oneradas do que as transmissões *causa mortis*.
- j) aplica-se às transmissões *causa mortis* a alíquota vigente à data da abertura do inventário.

96. De acordo com o RICMS-AM, indique a alternativa que não apresenta uma hipótese de incidência do ICMS:

- a) prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza.
- b) serviços prestados no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior.
- c) entrada, neste Estado, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica quando não destinados à comercialização ou à industrialização.
- d) entrada de mercadoria, bem ou a utilização de serviço, efetuada por contribuinte do imposto, em decorrência de operação ou prestação interestadual, quando a mercadoria ou bem forem destinados ao seu uso, consumo ou ativo permanente ou quando o serviço não estiver vinculado a operação ou prestação subsequentes.
- e) fornecimento de mercadorias com prestação de serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios.

97. De acordo com o RICMS-SE, industrialização é qualquer operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto, ou o aperfeiçoe para consumo. Sobre o tema, correlacione as informações abaixo e assinale a opção correta.

I - transformação.

II – beneficiamento.

III – montagem.

IV- acondicionamento.

V- recondicionamento.

() que, exercida sobre produto usado ou parte remanescente de produto deteriorado ou

inutilizado, renove ou restaure o produto para utilização.

() que, exercida sobre matéria-prima ou produto intermediário, importe na obtenção de espécie nova.

() que importe em modificar, aperfeiçoar, ou, de qualquer forma, alterar o funcionamento, a utilização, o acabamento ou a aparência do produto.

() que importe em alterar a apresentação do produto, pela colocação de embalagem, ainda que em substituição da original, salvo quando a embalagem colocada se destine apenas ao transporte da mercadoria.

a) V, I, II, IV.

b) V, II, I, IV.

c) III, II, IV, V.

d) III, I, IV, V.

e) V, I, II, V.

98. Segundo o RICMS-SE, são incentivos e benefícios fiscais de ICMS, exceto:

a) o diferimento.

b) o crédito presumido.

c) a redução de base de cálculo.

d) o parcelamento.

e) a moratória.

99. Considere as seguintes situações:

I - Contribuinte do ICMS sergipano remete, a título de venda, fumo industrializado a consumidor final não contribuinte localizado na mesma cidade.

II – Contribuinte, localizado em Sergipe, fornece produtos de cesta básica a um contribuinte localizado na mesma cidade .

III – O supermercado CARÃO, em Sergipe, remete armas para contribuinte pernambucano revender.

As alíquotas de ICMS devidas ao Estado de Sergipe nessas operações, considerando o Fundo Estadual de Combate à Pobreza, são, respectivamente:

- a) 18% - 12% - 12%
- b) 30% - 12% - 12%
- c) 30% - 18% - 18%
- d) 30% - 18% - 12%
- e) 18% - 18% - 30%

100. Segundo o RICMS-SE, é vedado o creditamento relativo à mercadoria entrada no estabelecimento ou a prestação a ele feita quando:

I. para integração ou consumo em processo de industrialização ou produção rural, quando a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto, exceto na saída para o exterior.

II. quando o imposto tiver sido recolhido por substituição tributária com encerramento de fase de tributação.

III. quando alheio à atividade do estabelecimento, presumindo-se alheio às atividades do estabelecimento os veículos de transporte de mercadorias e pessoal.

Após julgar os itens assim, marque a sequência correta.

- a) F-V-F.
- b) V-V-F.
- c) V-V-V.
- d) F-V-V.
- e) F-F-V.

101. Considere que um contribuinte de Sergipe remeta mercadoria sujeita a substituição tributária a revendedor localizado no mesmo Estado. Suponha que:

- 1) O valor da mercadoria seja de R\$20.000,00;
- 2) O IPI seja de R\$ 3.000,00;
- 3) A MVA (margem de valor agregado) seja de 50%;
- 4) A mercadoria esteja sujeita à alíquota interna de 12%;
- 5) O frete na operação seja de R\$ 2.000,00, contratado pelo destinatário junto a terceiros que não o remetente; e
- 6) Haja seguro da mercadoria no valor de R\$ 1.000,00, cobrado pelo remetente.

O valor do ICMS a ser retido pela empresa substituta é

- a) Menor ou igual a R\$ 1.0000,00
- b) Entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.300,00
- c) Entre R\$ 1.300,00 e R\$ 1.600,00
- d) Entre R\$ 1.600,00 e R\$ 1.900,00
- e) Maior que R\$ 1.900,00

102. Acerca da ação fiscal e das ações auxiliares na lei 3.796/96, julgue os itens e assinale a alternativa correta.

I. Com a lavratura do Auto de Infração, fica instaurado o processo administrativo fiscal.

II. Considera-se Ação Auxiliar de acompanhamento, a observação e a avaliação do comportamento fiscal-tributário do sujeito passivo, mediante controle corrente do cumprimento de obrigações a partir da análise de dados econômico-fiscais apresentados ao Fisco, sem que haja solicitação de novas informações.

III. Considera-se Ação Auxiliar de monitoramento, a observação e a avaliação do comportamento fiscal-tributário do sujeito passivo, mediante controle corrente do cumprimento de obrigações a partir da análise de informações solicitadas pelo Fisco para esse fim ou obtidas mediante visita in loco, verificação de documentos e registros por amostragem, levantamento de indícios ou processamento e análise de dados e indicadores.

- a) Estão corretos os itens I e III, apenas.
- b) Estão corretos os itens I e II, apenas.
- c) Estão corretos os itens II e III, apenas.
- d) Estão corretos os itens I, II e III.
- e) Nenhum item está correto.

103. De acordo com o Decreto 29.684/14, são responsáveis pelo recolhimento do IPVA, exceto:

- a) o proprietário do veículo automotor.
- b) o adquirente, em relação ao veículo adquirido sem o pagamento do imposto e acréscimos legais do exercício ou exercícios anteriores.
- c) o leiloeiro, em relação ao veículo adquirido ou arrematado em leilão e entregue sem comprovação do pagamento do IPVA e acréscimos legais pendentes sobre o mesmo,

correspondente ao exercício ou exercícios anteriores.

d) o proprietário de veículo automotor que o alienar, doar ou de qualquer modo transferir sua propriedade, e não fornecer os dados necessários para alteração cadastral no DETRAN/SE, no prazo de 30 dias da data do negócio jurídico, em relação ao tributo devido até a data da comunicação à autoridade responsável.

e) a pessoa jurídica que resultar da fusão, incorporação ou cisão de outra ou em outra pessoa jurídica.

104. Segundo o Decreto 29.684/14, infração é toda ação ou omissão voluntária ou não, praticada por pessoa física ou jurídica, decorrente de inobservância a legislação pertinente ao imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

No que tange ao assunto, a multa aplicada a quem deixar de efetuar o recolhimento do imposto, no todo ou em parte, na forma e no prazo fixados é de

- a) 50% do valor do imposto devido.
- b) 150% do valor do imposto devido.
- c) 200% do valor do imposto devido.
- d) 100% do valor do imposto devido.
- e) 75% do valor do imposto devido.

105. O Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI, instituído pela Lei nº 3.140, de 23 de dezembro de 1991, no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, e da Ciência e Tecnologia - SEDETEC, é um instrumento de promoção do desenvolvimento socioeconômico do Estado, através da concessão de incentivos e estímulos a empreendimentos. Segundo Lei Estadual nº 3.140/1991, assinale a alternativa incorreta.

- a) O PSDI é administrado pela SEDETEC, através da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe - CODISE, tendo como órgão consultivo e normativo superior o Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI.
- b) O PSDI tem como um dos objetivos incentivar e estimular o desenvolvimento socioeconômico estadual, mediante a concessão de apoio financeiro, creditício, locacional, fiscal e/ou de infraestrutura a empreendimentos.
- c) O Programa concede diferimento do ICMS nas importações, do exterior, de bens de capital, bem como diferimento do diferencial de alíquota nas aquisições interestaduais pertinentes aos referidos bens de capital novos, feitas por empreendimentos industriais, agroindustriais, de pecuária aquícola e de tecnologia novos, ou por esses mesmos tipos de empreendimento em funcionamento.
- d) O PSDI tem como um dos objetivos contribuir para recuperação de empresas consideradas prioritárias para o desenvolvimento do Estado de Sergipe.
- e) todas as alternativas estão corretas.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Raphael Lacerda

106. No modelo relacional, uma coluna possui sempre valores distintos entre as tuplas, não podendo repeti-lo. Isso refere-se a uma:

- a) restrição de domínio
- b) chave estrangeira
- c) cardinalidade
- d) entidade
- e) chave primária

107. A tabela da figura abaixo é chamada ELEMENTOS. Para listar todos os itens da coluna A sem repetição é necessário executar o seguinte SQL

A	B
1	2
2	2
3	3
4	3
4	2
4	1
5	0

- a) select * from ELEMENTOS;
- b) select a from ELEMENTOS ignore;
- c) select count(a) from ELEMENTOS;
- d) select evict A from ELEMENTOS;
- e) select distinct A from ELEMENTOS;

108. A partir da tabela CUSTOMERS abaixo, para listar os dados de todos os registros cujo customerName tenha o caractere 'n' na segunda posição.

CustomerID	CustomerName	ContactName	Address	City	PostalCode	Country
1	Alfreds Futterkiste	Maria Anders	Obere Str. 57	Berlin	12209	Germany
2	Ana Trujillo Emparedados y helados	Ana Trujillo	Avda. de la Constitución 2222	México D.F.	05021	Mexico
3	Antonio Moreno Taquería	Antonio Moreno	Mataderos 2312	México D.F.	05023	Mexico
4	Around the Horn	Thomas Hardy	120 Hanover Sq.	London	WA1 1DP	UK
5	Berglunds snabbköp	Christina Berglund	Berguvsvägen 8	Luleå	S-958 22	Sweden

- a) SELECT customerName FROM CUSTOMERS where customerName like '_n%';
- b) SELECT FROM CUSTOMERS where customerName like '%n%';
- c) SELECT * FROM CUSTOMERS where customerName like '%n';
- d) SELECT FROM CUSTOMERS where customerName like '_n';
- e) SELECT * FROM CUSTOMERS where customerName like '_n%';

109. Para remover todos os dados de uma tabela XPTO o comando adequado seria

- a) DELETE * from XPTO
- b) DROP TABLE XPTO
- c) REMOVE * FROM TABLE
- d) TRUNCATE TABLE XPTO
- e) REMOVE TABLE XPTO

110. Qual dos comandos SQL abaixo é categorizado como um DCL?

- a) savePoint
- b) commit
- c) rollback
- d) grant
- e) revoke

111. Qual técnica é utilizada em ciência de dados que garante que as variáveis envolvidas para a análise são independentes entre si?

- a) c4.5
- b) apriori
- c) naive bayes
- d) feed-forward
- e) nltk

112. Em qual técnica/tarefa de mineração é empregada a técnica de estratificação de dados?

- a) clusterização
- b) regressão
- c) redes neurais
- d) árvores de decisão
- e) classificação

113. Em Regras de Associação, qual componente refere-se a quantas vezes uma regra de associação se verifica no conjunto de dados analisado.

- a) confiança
- b) suporte
- c) fonte
- d) primariedade
- e) difusão

114. Assinale a alternativa correta

Segundo o PMBOK, o desenvolvimento do TAP é feito em qual área de conhecimento

- a) iniciação.
- b) Cronograma
- c) Custos
- d) Integração
- e) Escopo

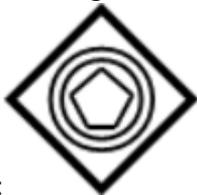
115. Qual escritório de projetos possui um controle moderado sob os projetos?

- a) suporte
- b) controle
- c) diretivo
- d) primário
- e) gerenciamento

116. A respeito das técnicas de mapeamento de processo, qual deles é uma visão operacional e bem detalhada de um processo

- a) bpmn
- b) fluxograma
- c) diagrama
- d) mapa
- e) modelo

117. A figura a seguir, na notação BPMN,



representa um:

- a) gateway inclusivo
- b) gateway exclusivo
- c) gateway complexo
- d) gateway baseado em evento
- e) gateway paralelo

118. Qual padrão de projeto abaixo é classificado como um padrão estrutural?

- a) factory method
- b) builder
- c) visitor
- d) memento
- e) facade

119. Qual padrão de projeto GRASP é responsável por atribuir responsabilidades à classe que tiver a informação necessária para satisfazer a responsabilidade

- a) Low Coupling
- b) High Cohesion
- c) Polymorphism
- d) Pure Fabrication
- e) Information Expert

120. Assinale a alternativa que indica o mecanismo de uso geral da UML que permite pré-definir propriedades para determinados elementos, além das já criadas pela linguagem.

- a) Estereótipos
- b) Tagged Values
- c) Notas explicativas
- d) Restrições
- e) Pacotes

Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-SE-13-03-2022>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
